

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

Demonstrações Financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2020

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

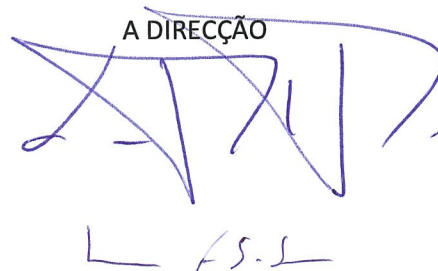
**Demonstração da Posição Financeira Individual
em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**

RUBRICAS	NOTAS	(valores em Euros)	
		2020	2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	326,687	285,554
Activos intangíveis	7	0	0
Outros investimentos	8	39,886	39,081
		366,573	324,635
Activo corrente			
Clientes	9	314,523	970,374
Estados e outros entes públicos	10	102,098	3,663
Fundadores/Associados		298	198
Outros créditos a receber	12	1,928,121	2,096,529
Diferimentos	13	11,484	177,233
Activos financeiros detidos para negociação		24,232	26,189
Caixa e depósitos bancários	4	832,710	492,566
		3,213,466	3,766,752
Total do activo		3,580,039	4,091,387
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	14	355,825	355,825
Resultados transitados	15	1,107,456	756,646
Ajustamentos/Outras variações em fundos patrimoniais		243,065	243,065
Resultado líquido do período		2,458	350,809
Total dos fundos patrimoniais		1,708,804	1,706,345
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	45,629	19,225
		45,629	19,225
Passivo corrente			
Fornecedores	17	65,346	413,748
Estado e outros entes públicos	10	26,210	34,656
Financiamentos obtidos	16	19,540	55,611
Outras dívidas a pagar	18	1,714,510	1,557,968
Diferimentos	19	0	303,834
		1,825,606	2,365,817
Total do passivo		1,871,235	2,385,042
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3,580,039	4,091,387

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

**Demonstração dos Resultados Individual
em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	(valores em Euros)	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	20	746,502	2,307,962
Subsídio à exploração	21	695,151	1,463,649
Fornecimentos e serviços externos	22	-1,173,242	-3,140,999
Gastos com o pessoal	23	-365,886	-404,888
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	5,302	34,958
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	11	0	0
Aumentos/reduções de justo valor		-1,956	-481
Outros rendimentos	24	169,104	179,711
Outros gastos	25	-24,460	-35,049
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50,515	404,863
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-32,586	-23,458
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17,928	381,405
Juros e rendimentos similares obtidos	26	3,706	233
Juros e rendimentos similares suportados	26	-15,490	-10,381
Resultado antes de impostos		6,144	371,257
Imposto sobre o rendimento do período	27	-3,686	-20,448
Resultado líquido do período		2,458	350,809

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA

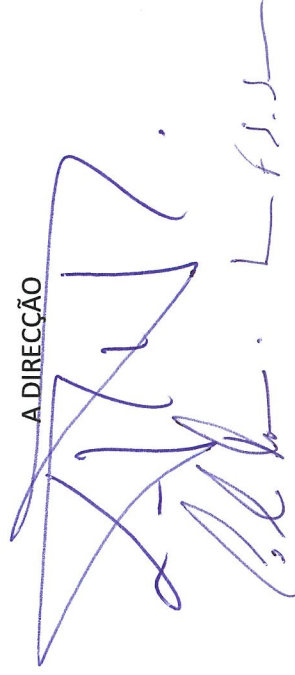
Demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais
em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Saldo em 1 Janeiro 2019	355,825	570,039	243,065	186,608	1,355,537
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0		0
Aplicação do Resultado Líquido de 2018		186,608		-186,608	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				350,809	350,809
RESULTADO INTEGRAL		186,608	0	164,201	350,809
Posição em 31 Dezembro 2019	355,825	756,647	243,065	350,809	1,706,346
Saldo em 1 Janeiro 2020	355,825	756,647	243,065	350,809	1,706,346
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0		0
Aplicação do Resultado Líquido de 2019		350,809		-350,809	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				2,458	2,458
RESULTADO INTEGRAL		350,809	0	-348,352	2,458
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Distribuições					
Posição em 31 Dezembro 2020	355,825	1,107,456	243,065	2,458	1,708,804

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

Anexo às Demonstrações Financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2020

1 – Informação geral

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS – ASSIMAGRA (doravante designada por “Assimagra” ou “Associação”) foi fundada em 11 de Setembro de 1975, substituindo o ex-Grémio Nacional dos Industriais de Mármore, Granitos e Cantarias, assumindo-se como uma associação privada sem fins lucrativos, tendo por objecto representar todos os empresários, que, em Portugal exerçam a indústria dos mármore, granitos e rochas similares ou indústrias afins. A Assimagra procura contribuir activamente para a resolução dos problemas específicos do sector, tendo em vista a maior produtividade e a aplicação de ajustadas práticas comerciais, bem como, a defesa e apoio dos associados. Como forma de divulgar junto dos associados a outras entidades a actividade desenvolvida pela associação, bem como mater uma informação actualizada da evolução do sector face às realidades nacionais e estrangeiras, edita a revista “A Pedra”.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação pela Direcção em 21 de Abril de 2021, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Accionistas, nos termos dos estatutos e da legislação em vigor em Portugal.

Os responsáveis da Associação, isto é, os membros da Direcção que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Assimagra.

As Notas deste anexo seguem a ordem pela qual os itens são apresentados nas demonstrações financeiras.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com todas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho (na sequência da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho). Assim, tais demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são, à luz da **NCRF 24 – Acontecimentos após a data do balanço**, reflectidos nas demonstrações financeiras do período de relato. No caso particular da Assimagra, não foram identificados quaisquer casos susceptíveis de influenciar as referidas demonstrações.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

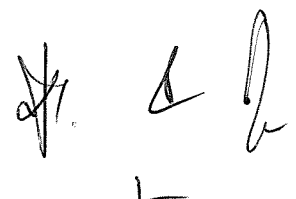
As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Assimagra são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Considera-se, como custo de aquisição, os custos



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA

directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual e local de uso).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do activo fixo tangível sendo depreciada integralmente até à data prevista da manutenção.

Todos os outros custos de manutenção, conservação e reparação são registados em resultados durante o período financeiro em que são incorridos.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes anuais, a partir da data em que o activo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor reflectem as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	Nº de Anos
Edifício e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 - 8
Outros activos fixos tangíveis	10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustadas, se necessário, em cada data de relato. Se a quantia escriturada de um activo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de activos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros gastos operacionais.

3.3. Investimentos financeiros

a) Investimentos em Associadas

Os investimentos financeiros em Empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com a **NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas**. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a parte da Empresa nos resultados das Empresas associadas, por contrapartida da rubrica de “perdas/(ganhos) em Empresas participadas, e ajustada pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios das Empresas associadas. As participações financeiras poderão ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

b) Investimentos noutras Empresas

Todas as participações de capital em entidades com as quais não existe um controlo ou influência significativa, encontram-se registadas em conformidade com **NCRF 27 – Instrumentos financeiros**. De acordo com esta norma, as participações encontram-se

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA

valorizadas ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais imparidades apuradas., sendo reconhecidos como ganhos dos exercícios os dividendos distribuídos por aquelas entidades.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos e o correspondente valor para efeitos fiscais. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. No final de cada período é efectuada uma avaliação desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função da sua expectativa de utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transacções ou eventos reconhecidos em rubricas de fundos patrimoniais, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2016 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal, sendo subsequentemente deduzidas de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.7. Fundo social

O Fundo Social corresponde aos resultados acumulados pela Associação ao longo da sua existência.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

O valor da rubrica reconhecida em Balanço encontra-se escriturado pelo montante realizado.

3.8. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro acordada são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e concessões decorrentes da actividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

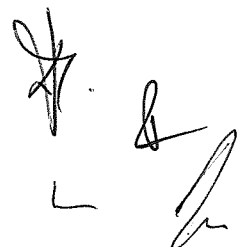
Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de aquisições de activos fixos tangíveis estão registados em balanço em rubrica de fundos patrimoniais e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração são registados como rendimentos do exercício.

3.12. Imparidade de Activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS ASSIMAGRA

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

3.14 Activos e passivos contingentes


Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. A Empresa não reconhece activos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

3.15 Juízos de valor e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

4. Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é como se segue:

RUBRICAS	NOTAS	(valores em Euros)	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		1,607,589	2,850,683
Pagamentos a fornecedores		(1,547,111)	(3,509,570)
Pagamentos ao pessoal		(423,438)	(400,919)
Caixa gerada pelas operações		(362,960)	(1,059,806)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(20,448)	(9,303)
Outros recebimentos/pagamentos		739,283	1,213,102
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		355,875	143,993
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		5,719	3,995
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		3,707	233
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		9,426	4,228
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			0
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(9,667)	(42,260)
Juros e gastos similares		(15,490)	(10,381)
Dividendos			
Redução de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(25,156)	(52,642)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		340,144	95,579
Efeitos das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	492,566	396,987
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	832,710	492,566

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

RUBRICA	31/12/2020	31/12/2019
Numerário	377	441
Depósito á Ordem	532,332	192,125
Depósito a Prazo	300,000	300,000
Caixa e seus equivalentes no Balanço	832,710	492,566
Caixa e seus equivalentes na demonstração de Fluxos de caixa	832,710	492,566

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2020 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2019, apresentada para efeitos comparativos.

6. Activos fixos tangíveis

Durante o exercício de 2020 o movimento ocorrido no valor dos activos tangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Terrenos e Recursos Naturais	Edifício e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Custo do Imobilizado							
Saldo em 01/01/2020	79,496	269,741	46,247	123,227	174,771	103,047	796,529
Adições			5,719	68,000			73,719
Abates				-58,807			-58,807
Transferências							0
Saldo em 31/12/2020	79,496	269,741	51,966	132,420	174,771	103,047	811,441
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2020	0	83,409	46,019	107,368	171,132	103,047	510,975
Aumento de depreciações do exercício		5,325		24,930	2,331		32,586
Diminuição de depreciações do exercício				-58,807			-58,807
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2020	0	88,734	46,019	73,491	173,463	103,047	484,754
Valor Líquido							
Saldo em 01/01/2020	79,496	186,332	228	15,859	3,639	0	285,554
Saldo em 31/12/2020	79,496	181,007	5,948	58,929	1,307	0	326,687

Durante o exercício de 2019 o movimento ocorrido no valor dos activos tangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Terrenos e Recursos Naturais	Edifício e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Custo do Imobilizado							
Saldo em 01/01/2019	79,496	269,741	46,247	123,227	170,776	103,047	792,535
Adições					3,995		3,995
Abates							0
Transferências							0
Saldo em 31/12/2019	79,496	269,741	46,247	123,227	174,771	103,047	796,529
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2019	0	78,084	46,019	91,263	169,104	103,047	487,516
Aumento de depreciações do exercício		5,325		16,105	2,028		23,458
Diminuição de depreciações do exercício							
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2019	0	83,409	46,019	107,368	171,132	103,047	510,975
Valor Líquido							
Saldo em 01/01/2019	79,496	191,657	228	31,964	1,672	0	305,018
Saldo em 31/12/2019	79,496	186,332	228	15,859	3,639	0	285,554

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A Associação possui Activos Tangíveis adquiridos através de Leasing financeiro, que em 31 de Dezembro de 2020 têm um valor líquido de 65.169 euros, conforme quadro abaixo:

Ativos Tangíveis adquiridos em Leasing	Valor Líquido
Veiculos ligeiros	61,651
Instalações	3,518
Total	65,169

7. Activos Intangíveis

Durante o exercício de 2020 o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Programas de Computador	Total
Vida útil em anos	3	
Custo do Imobilizado		
Saldo em 01/01/2020	9,900	9,900
Adições		
Abates		
Regularizações		
Transferências		
Saldo em 31/12/2020	9,900	9,900
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2020	9,900	9,900
Aumento de depreciações	0	0
Diminuição de depreciações		
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2020	9,900	9,900
Imobilizado Líquido		
Saldo em 01/01/2020	0	0
Saldo em 31/12/2020	0	0

Durante o exercício de 2019 o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Programas de Computador	Total
Vida útil em anos	3	
Custo do Imobilizado		
Saldo em 01/01/2019	9,900	9,900
Adições		
Abates		
Regularizações		
Transferências		
Saldo em 31/12/2019	9,900	9,900
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2019	9,900	9,900
Aumento de depreciações		0
Diminuição de depreciações		
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2019	9,900	9,900
Imobilizado Líquido		
Saldo em 01/01/2019	0	0
Saldo em 31/12/2019	0	0

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

8. Participações financeiras e créditos a receber

Esta rubrica é constituída essencialmente, por investimentos em associadas, que se encontram registadas pelo método de equivalência patrimonial e também por investimentos em outras empresas que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição, não tendo sido reconhecidas quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, esta rubrica inclui os seguintes investimentos:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Participações de capital em associadas - M.E.P.	0	0
Empréstimos concedidos	14,579	14,579
Investimentos noutras empresas	37,060	37,060
Fundos de compensação do trabalho	2,826	2,021
Perdas por imparidade em Investimentos Financeiros	-14,579	-14,579
Total	39,886	39,081

Em 31 de Dezembro de 2020, a Associação detém as seguintes participações financeiras:

	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	
			%	Montante
<u>Empresas associadas:</u>				
EDC Mármores - Empr.Gest.Ar.Dep.Comum Marm. SA	(831 954)	(51 158)	43	129 000
<u>Outras Empresas:</u>				
CEVALOR			1,755	14 964
ESTER			4,642	4 990
IPQ- Instituto Português da Qualidade (APCER)			0,416	3 741
ADRAL-Ag. Desenvolvimento Regional do Alentejo			0,222	998
APCER				12 368

9. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2020		31/12/2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes - Conta corrente	703,360		1,364,513	
Clientes - Partes relacionadas	11,400		11,400	
Clientes - Cobrança duvidosa	40,203		40,203	
Clientes - Outros				
Ajustamentos por imparidade de clientes	-440,441		-445,742	
Total	314,523	0	970,374	0

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava-se como segue:

Antiguidade de Saldo de Clientes	2019	2019
Menos de 365 dias	79,089	428,897
Mais de 365 dias	675,874	987,220
Ajustamentos por imparidade acumulados	-440,441	-445,742
Total	314,523	970,374

Os movimentos ocorridos durante o anos de 2020 e 2019 na rubrica de imparidade de contas a receber teve o seguinte detalhe:

	2020	2019
Saldo Inicial	445,742	480,700
Aumentos	35,089	25,114
Reduções	-40,391	-60,072
Outros ajustamentos		
Saldo Final	440,441	445,742

Os aumentos e reduções de Imparidades de clientes estão relacionados com a avaliação da imparidade de contas a receber segundo os critérios adoptados pela Associação.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

RUBRICA	31/12/2020	31/12/2019
Activo		
Imposto sobre o Rendimento - IRC	1,468	1,476
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	100,631	2,186
Outros impostos e taxas		
Total	102,098	3,663
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento - IRC	3,686	20,448
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA		
Imposto sobre o Rendimento - IRS	11,015	6,624
Segurança Social	11,510	7,585
Outros impostos e taxas		
Total	26,210	34,656

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

11 – Partes relacionadas

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, são consideradas partes relacionadas todas as filiais, associadas e restantes empresas em que a Associação detém participações, de acordo com o IAS 24.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

Entidades	Saldos 2020					
	Contas de clientes	Outras Contas a Receber	Contas de Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Empréstimos Concedidos	Provisões e Imparidade
Empresas associadas: EDC Mármores - Empr.Gest.Ar.Dep.Comum Marm. SA	11,400				14,579	25,979
Total	11,400	0	0	0	14,579	25,979

Entidades	Saldos 2019					
	Contas de clientes	Outras Contas a Receber	Contas de Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Empréstimos Concedidos	Provisões e Imparidade
Empresas associadas: EDC Mármores - Empr.Gest.Ar.Dep.Comum Marm. SA	11 400				14 579	25 979
Total	11 400	0	0	0	14 579	25 979

12. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2020		31/12/2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Adiantamento a fornecedores				
Adiantamentos ao pessoal				
Devedores por acréscimos de rendimentos	1,904,984		2,049,199	
Outros devedores	23,137		47,330	
Ajustamentos por imparidades	0		0	
Total	1,928,121	0	2,096,529	0

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A Rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos" em 31 de Dezembro de 2020, tem a seguinte decomposição:

	Projecto	Ano Execução	observações	Valor
QREN	PA2/Projectos Integrados	2015	a)	38,136
QREN	STONE PT -45	2015	a)	74,955
QREN	Barómetro Mármore - 002	2015	a)	9,243
QREN	Primeira Pedra -15107 (POCI-SIAC)	2015	a)	81,072
QREN	linked by Stone (16251)	2016	a)	31,084
QREN	INTERSTONE 2017/2018	2017	b)	826,466
QREN	Enterprise (prj 16225)	2017	a)	85,184
QREN	Primeira Pedra II (37673)	2018	a)	12,545
QREN	S.TONE	2018	a)	18,845
QREN	INTERSTONE 2019/2020	2019	b)	710,208
QREN	Formação PME AEP	2020	a)	1,623
QREN	The Stone 4.0 Age	2020	a)	15,623
Total				1,904,984

- a) Valor respeitante à parte das despesas já incorridas pela Assimagra.
- b) Valor respeitante à análise dos protocolos de adesão aos projectos assinados pelas empresas, cujos valores serão regularizados após apuramento final dos valores de incentivo da Associação e associados.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, não se registaram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores".

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 os valores registados nesta rubrica dizem respeito a diferimentos com gastos a reconhecer no exercício seguinte relativos a seguros a liquidar.

14. Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2020 o Fundo Social da Associação subscrito pelos associados era de 355.825 euros. Nos exercícios de 2020 e 2019 não se registaram movimentos de associados nesta rubrica.

15. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 1 de Junho de 2020, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Esta rubrica inclui ainda os prejuízos contabilísticos apurados em períodos anteriores.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Tipo Financiamento	2020		2019	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Locações Financeiras Millenium BCP	19,540	45,629	55,611	19,225
Total	19,540	45,629	55,611	19,225

O detalhe das responsabilidades com locações financeiras discrimina-se como segue:

	Data fim	montantes em divida	
		até 1 ano	de 1 a 5 anos
BCP - Contrato 2869	2021	3,518	0
BCP - Contrato 122748	2022	4,023	4,037
BCP - Contrato 122749	2022	3,796	3,830
BCP - Contrato 129101	2025	8,203	37,762

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores - contas correntes	65,346	413,748
Fornecedores - Conta títulos a pagar		
Fornecedores - Subsidiárias		
Fornecedores - Outras partes relacionadas		
Total	65,346	413,748

18. Outras dividas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Outras dividas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2020		31/12/2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Remunerações a pagar	40,094		57,552	
Credores por acréscimos de gastos	4,605		14,700	
Credores diversos - projectos	1,653,758		1,343,725	
Outros	16,053		141,990	
Total	1,714,510	0	1,557,968	0

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A rubrica "Credores Diversos" respeita fundamentalmente a adiantamentos efectuados pelo Instituto Apoio PME Inovação referentes aos Projectos 26344/2017 e 38085/2019 Interstone (Nota 12), cuja repartição desses valores pela Assimagra e pelos Associados será definida com o encerramento dos Projectos.

19. Diferimentos

A rubrica de diferimentos destina-se a regista ro excesso da faturação acumulada face aos réditos acumulados reconhecidos na demonstração dos resultados, relativamente a serviços a prestar no ano seguinte. Em 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica não regista qualquer valor.

20. Prestações de serviços

As prestações de serviços nos períodos de 2020 e de 2019 foram como segue:

	2020	2019
Prestações de serviços		
Mercado interno	746,502	2,236,659
Mercado externo		71,303
	746,502	2,307,962

21. Subsídios á exploração

O saldo desta rubrica nos períodos de 2020 e de 2019 é detalhado como segue:

Programa	2020	2019
INTERSTONE	282,007	620,028
PRIMEIRA PEDRA	193,579	669,356
Formação - Ação PME	28,838	33,988
S.Tone	51,887	138,885
Stpone 4.0 age	66,160	0
Mine the Gap	45,349	0
Robominers	27,330	1,392
	695,151	1,463,649

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Serviços especializados	972,703	2,667,020
Publicidade e propaganda	883	1,661
Honorários	10,856	5,996
Conservação e reparação	9,175	1,139
Ferramentas e utensílios	26,771	12,193
Material escritório	1,722	1,955
Energia e fluidos	11,333	9,802
Deslocações e estadas	12,606	267,707
Transportes pessoal e mercadorias	67,803	115,109
Rendas e Alugures	7,452	5,363
Comunicação	8,905	11,193
Seguros	2,030	6,987
Contencioso e Notariado	111	0
Despesas Representação	36,577	30,563
Limpeza, Higiene e Conforto	463	196
Outros Fornec e Serviços	3,852	4,115
Total	1,173,242	3,140,999

23. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações do Pessoal	299134.09	328,895
Encargos sobre Remunerações	64180.87	75,992
Seguros de Acidentes no Trabalho	2516.89	0
Outros gastos com o Pessoal	54	
Total	365,886	404,888

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Quotizações	141524	144,365
Dividendos	5,667	5,672
Alienações	18,000	
Outros rendimentos e ganhos	3,913	29,674
Total	169,104	179,711

25. Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e taxas	2,116	4,687
Gastos e perdas em outros Invest. Financeiros	0	0
Outros gastos e perdas	22,345	30,361
Total	24,460	35,049

A rubrica "outros gastos" diz respeito essencialmente a quotizações pagas pela Associação.

26. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2020 e de 2019, tinham a seguinte composição:

	2020	2019
Juros obtidos	233	233
Diferenças de câmbios favoráveis	3,473	
Outros rendimentos similares		
Total juros e rend. similares obtidos	3,706	233
Juros suportados	1,018	1,529
Diferenças de câmbios desfavoráveis	8,997	3,298
Outros gastos e perdas de financiamento	5,475	5,555
Total juros e rend. similares suportados	15,490	10,381

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

27. Imposto sobre o Rendimento

A Associação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa especial de 21%.

Acresce ainda que nos termos do artigo 81.º do Código do IRC, a Associação encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos devidamente identificados às taxas previstas no artigo supra mencionado.

De acordo com o artigo 45.º da Lei Geral Tributária, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser prolongados ou suspensos de acordo com o artigo 46.º da mesma Lei.

A Direcção da Associação entende que eventuais correcções às declarações fiscais, resultantes de revisões ou inspecções por parte da Administração Fiscal não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

Nos termos do artigo 47.º do Código do IRC, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Os Impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2020 e 2019 são detalhados da seguinte forma:

	2020	2019
Imposto Corrente		
Colecta	-	17,143
Derrama		
Tributações autónomas	3,686	3,304
Benefício Fiscal		
	3,686	20,448
Imposto Corrente de exercícios anteriores		
Imposto Diferido Activo		
Imposto Diferido Passivo		
Total	3,686	20,448

28. Compromissos / Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2020, a Associação não possui nenhuma obrigação ou compromisso extra contabilístico, além dos registados no balanço.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

29. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

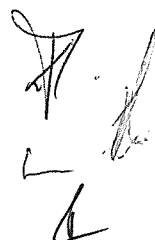
De referir, no entanto, que o impacto da pandemia COVID-19 reflete-se nas contas do exercício de 2020, fruto da necessidade de suspensão ou prorrogação dos projetos de internacionalização da Assimagra. Este impacto poderá continuar a sentir-se enquanto as condições pandémicas não se alterarem.

30. Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.



RELATÓRIO DE AUDITORIA**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS (Associação) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3.580.039 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.708.804 euros, incluindo um resultado líquido de 2.458 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS (ASSIMAGRA) em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Associação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. A realização do valor de 1.904.984 euros, respeitantes os acréscimos de rendimentos (Nota 12), ocorrerá com os pedidos de pagamento e conclusão dos projetos apresentados no âmbito dos sistemas de incentivos à qualificação PME.
2. A Direção da Associação considera que na presente data não é possível antecipar as consequências que o COVID-19 terá na economia, quer a nível mundial quer a nível nacional e, como tal, apesar da necessidade de suspender ou prorrogar os seus projetos de internacionalização, não é possível estimar com fiabilidade o impacto que esta circunstância irá ter na futura posição financeira da Assimagra, no entanto, não considera que esteja em causa a continuidade das operações (Nota 29).

A nossa opinião não é modificada por estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Associação de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Associação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;


- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Associação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Associação descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 26 de abril de 2021



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Representada por João José Lopes da Silva